



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 343334-1 – Chã Grande (Vara única)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravada: Maria do Livramento de Albuquerque

Relator: Des. Jovaldo Nunes

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEVIDA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES APÓS QUITAÇÃO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO PELO JUÍZ AD QUEM (R\$ 5.000,00). ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTÉ. RECURSO IMPROVIDO. UNANIMIDADE.

1 – Negligência da concessionária de energia elétrica em providenciar a exclusão do consumidor do rol de inadimplentes, diante da quitação de débito, é suficiente para gerar o dever de indenizar.

2 – Quantum indenizatório reduzido pelo juiz *ad quem* para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade e em obediência aos precedentes desta Corte.

3 – Agravo improvido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

08

Quinta Câmara Cível
Recurso de Agravo na Apelação nº 343334-1 – Chã Grande (Vara única)
Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe
Agravada: Maria do Livramento de Albuquerque
Relator: Des. Jovaldo Nunes

Relatório

Decisão agravada às fls. 82/86.

No primeiro grau foi proferido *decisum* na ação de indenização por danos morais, proposta por Maria do Livramento de Albuquerque contra Celpe – Companhia Energética de Pernambuco, decisão essa que julgou procedente em parte os pedidos iniciais, ao tempo em que reconheceu a existência de ato ilícito praticado pela ré (manutenção do nome da autora no rol de inadimplentes, mesmo após quitação de fatura), a condenou a pagar a autora, a título de danos morais, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

A CELPE (ré) interpôs apelação, à qual, monocraticamente, dei provimento para reformar a sentença recorrida apenas no tocante aos danos morais, reduzindo-os para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com os patamares estabelecidos por esta Corte.

Ainda irresignada, a CELPE (ré) interpôs este recurso de agravo, alegando que a decisão combatida foi irrazoável e desproporcional quanto ao patamar utilizado para fixação dos danos morais, não atendendo aos critérios de quantificação dos precedentes jurisprudenciais.

Pugnou pela reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 343334-1 – Chã Grande (Vara única)

Agravante: Celpe Companhia Energética de Pernambuco - Celpe

Agravada: Maria do Livramento de Albuquerque

Relator: Des. Jovaldo Nunes

VOTO

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colenda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada (fls. 82/86):

"(...) Conforme consta da apelação a matéria devolvida à apreciação do Tribunal diz respeito, apenas, ao quanto de indenização por dano moral fixado na sentença no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Da sentença recorrida transcrevo o seguinte trecho (fls. 44/45): "O cerne da presente demandada está em se verificar a legalidade ou não do procedimento da demandada ao ter efetuado a inclusão do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito ante a alegação de existência de débito, bem como se de tal procedimento decorreu danos morais indenizáveis. A demandante em sua exordial alegou que, de fato, efetuou o pagamento da fatura com vencimento em 30.09.2009 com atraso, mas que desde o dia 03.11.2009 referida fatura foi quitada, mas mesmo assim o seu nome permaneceu negativado. A empresa demandada, por seu turno, aduziu ser devida a restrição ao nome da autora ante a inadimplência da fatura vencida em setembro de 2009. Observo que restou incontroverso nos autos que houve a inclusão do nome da autora nos órgãos de proteção, conforme demonstra a certidão do SPC acostada as fls. 11 dos autos. Logo, entendo ter sido indevida a manutenção do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito ante o adimplemento da fatura que objetivou a restrição creditícia, ainda mais se considerarmos ter decorrido tempo suficiente para referida exclusão, haja vista a consulta efetuada em 10/11/2010, ou seja mais de um ano após o pagamento da fatura. Dessa forma, presente o dano moral, diante do constrangimento por que passa aquele que cumpre com suas obrigações e mesmo assim se cadastrado em arquivo de inadimplentes, sendo cabível indenização, a qual servirá para punir o infrator, proporcionar à vítima uma compensação pelo dano causado e servir de exemplo, para evitar a propagação de novos atos, espelhando o já consagrado pela Constituição Federal de 1988, que amparou, com veemência, a reparação do dano moral em seus incisos V e X do art. 5º, autorizando a todos que sofrem algum dano dessa natureza a pleitear a indenização devida, sendo corroborada pelo disposto no art. 927, do Novo Código Civil. O dano moral, na lição da doutrina, é aquele que se "traduz em turbações de ânimo, em reações desagradáveis, desconfortáveis, ou constrangedoras, ou outras desse nível, produzidas na esfera do lesado" (Carlos Alberto Bittar, *Reparação Civil por Danos Morais*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, pág. 2). A jurisprudência, por sua vez, define o dano moral como



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

um "sentimento de pesar íntimo da pessoa ofendida" (STF, RE 69.754/SP, RT 485/230), capaz de gerar "alterações psíquicas" ou "prejuízo à parte social ou afetiva do patrimônio moral" do ofendido (STF, RE 116.381-RJ). Na fixação dos danos será considerado o tempo de manutenção indevida de negativação, qual seja, mais de um ano, visto que a demandada possui prazo legal de 05 dias para exclusão da restrição creditícia, conforme previsão do art. 43 § 3º do CDC. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido narrado na exordial condenar a demandada, a pagar a autora, a título de danos morais, o valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e de correção monetária com base na tabela do ENCOGE, esta a partir da publicação desta decisão na esteira do entendimento adotado pelo STJ (Resp. 309725/MA). **Condeno ainda a ré no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação em face da autora ser beneficiária da justiça gratuita.** Reitero a tutela antecipada de fls. 15/17. (...) Como bem frisado pelo magistrado de 1º grau, flagrante e absurdo é o constrangimento pelo qual passou a autora/ apelada que mesmo tendo cumprido com suas obrigações, continuou submetida à restrição creditícia mais de um ano após o adimplemento de fatura em aberto. Desta feita, entendo que agiu corretamente o magistrado de 1º grau quando reconheceu a ocorrência de danos morais, merecendo reforma a sentença apenas para minorar o *quantum* indenizatório adequando-se aos padrões adotados por esta Egrégia Corte. Assim, para se estabelecer o *quantum* indenizatório, deve-se ter em conta que este respeite os limites do razoável, adequando-se às peculiaridades da situação sub *judice*, levando em conta a natureza e a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, bem assim as qualidades e condições socioeconômicas dos litigantes. Na hipótese, penso ser o caso de reduzir o valor fixado pelo juiz de primeiro grau, por entender que o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) não está ajustado ao posicionamento adotado por este Egrégio Tribunal em situações dessa natureza. Assim, reduzo o *quantum* indenizatório para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ressalte-se que a reparação a título de danos morais há de ser estipulada em consonância com as circunstâncias de cada caso e, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, evitando-se, portanto, que se converta em fonte de enriquecimento ou se revele inexpressiva. Nesse sentido, oportuna a transcrição de trecho da ementa de recente julgado desta Corte acerca do tema: "PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO LEGAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEVIDA INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES APÓS A QUITAÇÃO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO MORAL DEVIDO. QUANTUM FIXADO PELO JUÍZO A QUO (R\$ 5.000,00) QUE SE APRESENTA RAZOÁVEL E CONSENTÂNEO COM AS PECULIARIDADES DO CASO. RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE DE VOTOS. O autor apelado teve seu nome inscrito em cadastros de proteção ao crédito em decorrência de uma fatura de energia elétrica adimplida em 03.03.2010, cujo vencimento datava de 11.02.2010 (fls. 13). Nesta senda, apesar de paga com atraso, a concessionária apelante efetuou a inscrição do nome do autor em 12.03.2010 (fls. 12); Efetuou o autor, portanto, o pagamento da fatura em questão com 20 (vinte) dias de atraso. Todavia, 09 (nove) após quitar o débito, teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes. Ou seja, quando da negativação o autor encontrava-se com o débito quitado. Procedeu a concessionária apelante com a inscrição do nome do autor mesmo estando, à época da conduta, com o débito quitado; Presente o ato ilícito (inscrição em cadastros de inadimplente a despeito do devido pagamento), dano moral, consubstanciado no constrangimento sofrido pela parte ao ter seu nome no rol de maus pagadores, e o nexo de causalidade



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

entre o dano gerado e a conduta demanda, devida se mostra a reparação no caso em apreço, nos termos do art. 186 c/c 927, ambos do Código Civil; Montante indenizatório fixado pelo juízo a quo - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) - a título de indenização por danos morais que se apresenta razoável e consentâneo com as peculiaridades do caso, além de estar alinhado com precedentes do STJ e deste Tribunal de Justiça; Recurso não provido, à unanimidade de votos." (TJ-PE - APL: 313557-5, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 03/10/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 83) Em casos análogos o Superior Tribunal de Justiça tem assim se pronunciado: "PROCESSUAL CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. JULGADOS DO MESMO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13/STJ. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO. DÉBITO. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. MANUTENÇÃO INDEVIDA. ILEGALIDADE. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AgRg no AREsp 131.557/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 30/03/2012) No mesmo sentido: Agravo 306650-0 (1ª CC, Relator: Des. Josué Fonseca, julgamento : 09/07/2013): Apelação 273386-2 (5ª CC, Relator: Des. José Fernandes, julgamento: 22/08/2012), Apelação 273386-2 (5ª CC, Relator: Des. José Fernandes, julgamento 22/08/2012) (...) Ante o exposto, com fundamento ex-vi no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJPE, DOU PROVIMENTO ao recurso de apelação apresentado pela Celpe – Companhia Energética de Pernambuco para reformar a sentença recorrida no tocante ao *quantum* indenizatório a título de danos morais, fixando-os no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente a partir desta data e juros de mora, na base de 1% ao mês, a partir do evento danoso."

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação do meu posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do STJ.

Nos termos da decisão agravada, a indenização foi fixada respeitando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e adequando-se às nuances do caso concreto, bem como aos patamares fixados por esta Relatoria em casos semelhantes, motivo pelo qual não deve prosperar a irresignação da CELPE.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator